



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Busch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Setembrino Thomazi, Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ocorrido no dia de ontem, 09 de junho, naquela localidade.

Requer, outrossim, seja dado ciência deste requerimento, à Sra. Cacilda M. Thomazi, à Rua das Palmeiras, 870, em Nova Prata do Iguaçu; e ao Sr. Zelino Thomazi, irmão do extinto, à Rua D s/nº, no Município de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Natural de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, onde nasceu aos 21 de setembro de 1931, Setembrino Thomazi veio para o Sudoeste em 1954, tornando-se um dos pioneiros na colonização dessa rica região.

Em sua trajetória política, Setembrino Thomazi foi Vereador em 1976 pelo Município de Salto do Lontra, tendo sido um dos principais batalhadores pela emancipação político-administrativa de Nova Prata do Iguaçu, onde foi o primeiro Prefeito Municipal, com expressiva votação, governando no período de 1982 a 1988.

Dedicado ao ramo da agricultura, nunca deixou de prestar relevantes serviços ao Município, razão pela qual, nas últimas eleições, foi novamente conduzido à Prefeitura Municipal. Setembrino Thomazi sempre foi político por vocação, nunca visando benefícios próprios e o povo assim o reconheceu.

Infelizmente, a morte veio tolher os seus planos para o crescimento do Município de Nova Prata do Iguaçu, mas temos a certeza de que a semente por ele plantada brotará e crescerá na pessoa de seu vice-Prefeito, com o qual mantém perfeito entrosamento.

O falecimento de Setembrino Thomazi, vítima de problemas cardíacos, deixou consternada e entristecida a sua família e também o povo de Nova Prata do Iguaçu e redondezas, onde o mesmo era pessoa querida por todos.

Por este requerimento, queremos externar à família enlutada e a todos os moradores de Nova Prata do Iguaçu e região que tiveram o privilégio de conviver com Setembrino Thomazi, os nossos profundos sentimentos e nossa inteira solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de duas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Zildo Pagnoncelli, ocorrido ontem, na cidade de Dois Vizinhos.

Requer, ainda, seja dado ciência deste requerimento a Senhora Letícia Pagnoncelli, viúva do extinto, à rua Zacarias Vasconcelos n 392; ao Senhor Orlindo Pagnoncelli e Valdir Pagnoncelli, irmãos do falecido, a rua do Comércio, 631, todos no referido município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Procedente do Rio Grande do Sul, Zildo Pagnoncelli estava radicado em Dois Vizinhos há muitos anos, onde era comerciante e agropecuarista. Membro do Lions Clube local, era uma pessoa muito estimada na cidade e sua morte súbita, em decorrência de um enfarte, causou forte comoção e profunda tristeza, não só aos familiares, como a toda a população. Queremos assim, através deste requerimento, apresentar nosso profundo pesar e inteira solidariedade à família enlutada e ao grande número de amigos de Zildo Pagnoncelli.

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Sebastião de Oliveira, ocorrido no dia 29 próximo passado, no município de Novo Itacolomi - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu filho Josuel de Oliveira e família, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida 28 de setembro, s/nº CEP 86895-000 - Novo Itacolomi - PR.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Setembrino Thomazi, Prefeito Municipal, ocorrido no dia 09 de junho de 1997, no município de Nova Prata do Iguaçu, e ainda solicitamos que do mesmo seja dado ciência à família no seguinte endereço: Rua das Palmeiras, 870 - Nova Prata do Iguaçu - CEP: 85865-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de Congratulações ao Senhor Luiz Carlos Favarin, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Ivaiporã - Paraná, alusivos a inauguração do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, em Ivaiporã, no último dia 06 de junho corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná 1265, CEP 86870-000, Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Senhor João Macias Nogueira, Delegado Regional do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, em Ivaiporã - Paraná, alusivos a inauguração do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, em Ivaiporã, no último dia 6 de junho corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio Grande do Sul nº 925, CEP: 86870-000, Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Senhor Antonio Reis Martins, Presidente da Associação dos Contabilistas do Vale do Ivaí, alusivos a inauguração do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, em Ivaiporã, no último dia 06 de junho corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santos Dumont nº 501, CEP 86840-000, Faxinal - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Doutor Antonio Sergio Lopes, Presidente da Junta Comercial do Paraná, alusivos a inauguração do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, em Ivaiporã, no último dia 06 de junho corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Barão do Cerro Azul nº 316, CEP: 80.020-180, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto e Soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de grande regozijo e profunda alegria pela conquista do Torneio Roland Garros, pelo brilhante tenista brasileiro, Gustavo Kurten, que tão bem soube demonstrar em terras francesas, a capacidade ilimitada de superar dificuldades impossíveis, mostrando ao mundo, mais uma vez, a raça e vontade de vencer do brasileiro.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva ao feito, ao grande atleta Gustavo Kurten e sua família.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Congratulações à toda equipe do Instituto de Criminalística do Paraná pelo eficiente trabalho técnico-científico que resultou no esclarecimento da morte do estudante Rafael Roberto Zanella, em 28 de maio deste ano, no bairro Santa Felicidade, Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Se alguém ainda não dava a devida importância ao trabalho desenvolvido pelo pessoal técnico e especializado do nosso Instituto de Criminalística do Paraná, depois do Episódio em que lamentavelmente foi vítima um jovem estudante universitário, Rafael Roberto Zanella, não há mais como ignorar seu papel no esclarecimento de crimes. Dele veio a resposta que a família, os amigos e a sociedade exigiam. A suspeita inicial, de que a cena do crime havia sido montada, levantada inclusive num primeiro momento por um perito da Criminalística - que não temeu represálias - foi confirmada com os exames feitos pelo Instituto de Criminalística do Paraná. A farsa montada pelos policiais do 12º DP, de Santa Felicidade, foi desmascarada pelo trabalho rigorosamente técnico-científico realizado pelo pessoal do Instituto de Criminalística do Paraná. Se a instituição da Polícia Civil sai desgastada pelo que fizeram estes maus policiais, tem no trabalho do ICP neste caso, uma salvaguarda perante a sociedade. A Criminalística, que também faz parte da Polícia Civil, dá ao cidadão a garantia de que apenas algumas laranjas estão podres. Há na caixa, ainda, muitas que cumprem o seu verdadeiro papel, de servir à coletividade. Ao Instituto de Criminalística do Paraná, na pessoas de seu diretor, Dr. Antonio Edson Vaz de Siqueira, extensivo a todos os que trabalharam no laudo sobre a morte do estudante, este reconhecimento do Poder Legislativo, com o presente Voto de Congratulações.

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Congratulações ao Instituto dos Advogados do Paraná, pelos 80 anos de existência da instituição, comemorados em 10 de junho do ano corrente.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Uma coincidência feliz de datas marcou o nascimento do Instituto dos Advogados do Paraná há 80 anos. Em 1917 18 nomes de destaque nos meios jurídicos e políticos do Paraná se reuniam para fundar aquela instituição e no mesmo ano, formava-se a primeira turma de advogados da Faculdade de Direito do Paraná. Também naquele profícuo 1917 para a área Jurídica, entrava em vigência o Código Civil Brasileiro.

A importância do Instituto dos Advogados do Paraná vai ainda mais longe com o passar dos primeiros anos de sua criação, pelo papel fundamental que desempenhou na comunidade jurídica do Brasil, em 1932. Aliás, um dos objetivos do IAP quando de sua criação era justamente este. Até

hoje ele mantém a tradição de estudar e analisar a questão do Direito, passando também pela formação de uma cultura jurídica que embasa o trabalho dos Advogados paranaenses e os prepare solidamente para o desempenho profissional dentro dos mais elevados princípios éticos. O Instituto dos Advogados do Paraná é aos 80 anos, comemorados em 10 de junho, a mais antiga instituição cultural do nosso Estado. A ele, na pessoa do atual presidente, Reinaldo Costa da Rocha Loures, prestamos esta homenagem. É o Poder Legislativo do Paraná reconhecendo a importância do IAP para a comunidade jurídica e de resto, para toda a sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado "Votos de Congratulações" ao Sr. Ludovico Fritz Carlos Koch, pelo merecido reconhecimento e recebimento do Mérito Industrial e Humano de Irati, ocorrido neste mês de maio em Irati.

Nascido em 09 de abril de 1926, filho da Colônia de Gonçalves Júnior, mudou-se para Irati em meados de 1933, onde começou a dar seus primeiros passos estudantis.

Aos 18 anos de idade, assumia os negócios da família. Aos 20 anos, Carlos já possuía uma visão empresarial avançada, decidindo por iniciar o negócio próprio. Com mais alguns sócios fundou a Silva Barros & Cia Ltda, revendedora de caminhões e automóveis Dodge.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentou ao longo de sua carreira profissional Carlos Koch venceu. Hoje é um dos homens que mais se destacam no meio empresarial iratiense, pela eficiência, simpatia e pelo modo de administrar.

Por esta síntese de modelo de vida, receba as nossas mais sinceras homenagens.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e envio de Moção de Aplausos ao Sr. José Luiz Teixeira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, por sua eleição como Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) PÉRICLES DE MELLO.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Municipal do Trabalho é uma importante ferramenta para a pesquisa, elaboração de projetos e desenvolvimento de uma política geradora de empregos no município.

A eleição de um representante dos trabalhadores, com grande experiência sindical, é um fator preponderante dos trabalhadores, com grande experiência sindical, é um fator preponderante para o avanço da participação da comunidade na busca de soluções para os problemas do desemprego, falta de treinamento da mão-de-obra e outros que afetam os trabalhadores e em consequência o desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doutor Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado ao seu Diretor-Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Votos de Congratulações e Aplausos pela publicação da sua centésima edição do caderno de suplemento Gazeta do Povo - Ponta Grossa & Região.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa, altamente meritória, deve-se ao fato de que tal suplemento semanal editado pelo jornal Gazeta do Povo, é um valioso instrumento de comunicação voltado

especialmente para uma legião de leitores que pleiteavam há muito tempo por uma imprensa com excelente controle de qualidade divulgando os interesses da população da região dos campos gerais, contribuindo diretamente para democratização e incentivando, ainda, a reflexão e a formação da cidadania.

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente.

Nos termos do que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que informe esta Assembléia Legislativa sobre a possibilidade de determinar a construção de moradias para caseiros nas escolas da rede pública estadual de ensino que ainda não possuem o benefício, bem assim que o policial militar designado para ocupar a moradia cumpra sua escala de trabalho no próprio estabelecimento de ensino.

A presente reivindicação partiu de várias comunidades estudantis, haja vista que vêm aumentando os ataques ao patrimônio das escolas, além das frequentes denúncias sobre o tráfico de entorpecentes.

A continuidade do programa é medida valiosa para garantir segurança e tranquilidade à comunidade escolar, condições essenciais para que a escola cumpra plenamente seu importante papel institucional, que é o de educar a criança e formar o cidadão.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) EMERSON NERONE.

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente.

Nos termos do que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que informe esta Assembléia Legislativa sobre a possibilidade de aumentar, em 40m2 (quarenta metros quadrados), a casa do caseiro da Escola Estadual João de Faria Pioli, na cidade de Maringá.

A casa onde vive o caseiro, atualmente, é um vestiário que foi adaptado para a moradia do caseiro que também garante a segurança daquela estabelecimento educacional, principalmente em se relevando a frequência com que ocorrem ataques àquele patrimônio público, por parte de vândalos.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) EMERSON NERONE.

REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente.

Observadas as disposições do artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que informe esta Assembléia Legislativa sobre a possibilidade de destinação de verba para a implantação de bloco administrativo na Escola Municipal do Jardim Quebec, em Maringá, conforme projeto arquitetônico apenso.

A ampliação daquela escola, com a construção do referido bloco administrativo, é fundamental para o desenvolvimento das atividades educacionais naquela estabelecimento, haja vista a previsão inclusive da construção de uma biblioteca.

Sala das Sessões, em 10.06.97.
(a) EMERSON NERONE.

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente.

Em 30.12.94, através da Lei nº 11.034 foi instituído o Auxílio Alimentação para funcionários e servidores da Administração Direta e Autarquias do Estado, bem como do Quadro do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada, do Ministério Público e da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Considerando que a Lei nº 11.034 foi publicada no Diário Oficial do Estado em 30.12.94, e, até a presente data não foi regulamentada em descumprimento ao previsto no

Art. 7º da referida lei, e ainda, pela importância desse benefício para o servidor de menor remuneração, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando a adoção de procedimentos para a regulamentação da referida Lei.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá - Professor Luiz Antonio de Souza.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) JOEL COIMBRA.

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos para a Secretaria de Saúde, Criança e Promoção Social, do Município de Imbituva.

A presente solicitação, visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido ao alto custo dos medicamentos.

Esta é uma justa reivindicação feita através do nobre vereador Antonio Moleta Sobrinho, aprovado pela Câmara Municipal de Imbituva.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um Ginásio de Esportes coberto, na localidade de Arroio Grande, no Município de Imbituva.

Esta é uma reivindicação feita pelo nobre vereador Antonio Moleta Sobrinho, aprovado pela Câmara Municipal de Imbituva, que preocupa-se com uma formação saudável da nossa juventude, direcionando para o esporte.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Chefe do 15º Distrito Rodoviário, solicitando prioridade na construção de acostamento da PR-153, do Trecho de Riozinho até o Posto Aquário, no Município de Rebouças.

Esta é uma justa reivindicação feita pela nobre Vereadora Rosy Sarraff Perussolo, Presidente daquele Legislativo municipal, que preocupa-se sobremaneira, assim como este Parlamentar, com as vidas que são ceifadas no trecho supra mencionado em virtude de não haver acostamento para os trabalhadores, gente humilde, que passam diuturnamente a pé naquele caminho.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Chefe do 15º Distrito Rodoviário, solicitando providências para a construção de acostamento da PR-153, no Trecho de Rebouças ao Município de

União da Vitória.

Esta é uma justa reivindicação feita pela nobre Vereadora Rosy Sarraff Perussolo, Presidente do Legislativo Municipal de Rebouças, que em justificativa de plenário, disse que devido ao grande fluxo de veículos que trafegam por esta rodovia, principalmente no período noturno, horário este que os alunos se dirigem para as Faculdades de União da Vitória e de Irati, em caso de quebra (avaria) de veículos ou na troca de pneus, não existe local para estacionar, podendo assim ocorrer acidentes como os que já aconteceram nesta rodovia.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Esperança Nova.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Presidente da Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400) CEP: 87.545-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Xambê.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A.F. Costa, 236); ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/n) CEP: 87.535-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Umuarama.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaça, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080).

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

nário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Tapira.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, s/n); ao Vereador Gentil Bertozzo Correa, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518) CEP: 87.830-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Claudio Palozi, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. D. Manoel, s/n) CEP: 87.555-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Rondon.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Digníssimo Prefeito Municipal (Pça. Mal. Rondon, 337); ao Vereador Nivaldo Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Pça. Mal. Rondon, 337) CEP: 87.800-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Pérola.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdecir Cândido da Silva, Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202); ao Vereador Wilson José L. Stefania, Presidente da Câmara Municipal (Av. Da. P. Byington, s/n) CEP: 87.540-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Peçabal.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor João Evangelista de Albuquerque, Digníssimo Prefeito Municipal (Pça. Curitiba, 1031) e ao Digníssimo Vereador Carlos Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1148) CEP: 87.538-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Nova Olímpia.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Antonio Dizenzo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87.490-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Mariluz.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Ilmar Rubens Miyakawa, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920); ao Vereador João Lemes Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 160) CEP: 87.470-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Maria Helena.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Lourival José Ferreira, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); à Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP: 87.480-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Jussara.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Cândido de Oliveira, Mui Digno Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28); ao Vereador Jair Romero, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal (Av. Dr. Gastão de Mesquita Filho, 778) CEP: 87.230-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Iporã.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87.560-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Icaraíma.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Osni Lankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Visso, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Visso, 810) CEP: 87.530-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Engenheiro Beltrão.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP: 87.270-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Douradina.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470); ao Vereador Aparecido Balbino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) CEP: 87.485-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP: 87.400-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Cafezal do Sul.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Italo Orcelli, 658) CEP: 87.567-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de um ônibus escolar, para o Município de Alto Piquiri.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315); ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP: 87.580-000.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) NELSON GARCIA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o plebiscito para que a população das áreas das localidades de Alto Ivaí, Barra Preta, Vila União, Rio Quieto e Rio Bocó, atualmente pertencentes ao Município de Pitanga, decida sobre sua incorporação ao Município de Manoel Ribas, com o seguinte memorial descritivo:

"Iniciando na foz do Rio Barra Preta com o Rio Ivaí, seguindo por este rio até a foz do Rio Pitanga (ou Marrequina), subindo por este rio até um marco cravado na margem esquerda; daí por uma linha seca de rumo NW 26º00'SE medindo 4.785,0M, passando pelo marco nº 13, da Reserva Indígena Ivaí, indo por esta divisa até o Rio Borboleta; subindo o Rio Borboleta, atravessando a Reserva Indígena até a foz de um arroio não denominado; subindo pelo mesmo até sua nascente localizada nas terras de Miguel Karolus; daí numa linha seca até o Rio Barra Preta subindo por ele até a foz do Arroio Sapopema, até a sua nascente, atravessando a PRT 466 na altura do KM 105, até a nascente de um arroio formador do Rio Bocó, seguindo por este até confluência com o Rio Jacutinga."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação maior da apresentação da presente proposição é de atender reivindicação das comunidades do Município de Pitanga, denominadas de Alto Ivaí, Barra Preta, Vila União, Rio Quieto e Rio Bocó, que através de um abaixo-assinado manifestam sua vontade de pertencer ao Município de Manoel Ribas.

Esse desejo manifestado se deve ao fato das comunidades localizarem-se muito mais próximas da sede do Município de Manoel Ribas do que de Pitanga, que atualmente, utilizam-se da estrutura pública educacional, de saúde, comercial, religiosa, do Município de Manoel Ribas.

Cumpramos salientar que todas essas comunidades pertenciam ao Município de Manoel Ribas quando da sua criação, em 1.955, pela Lei Estadual nº 2.398, de 06.06.55. Ocorre que em 1.958, essas localidades foram transferidas ao Município de Pitanga, causando uma acentuada controvérsia acerca da efetiva localização das linhas divisórias dos dois municípios.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de resolução, tendo em vista da afinidade, identidade e integração comunitária que a população local tem com o Município de Manoel Ribas, expressivamente maior, com relação ao Município de Pitanga.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 268/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os bingos que funcionam no Estado do Paraná, somente poderão fazer sorteios com marcação manual, não sendo permitido apostas via computador.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) HORÁCIO RODRIGUES

Apoiamento: Orlando Pessuti, Luiz Claudio Romanelli, Walmor Trentini, César Seleme, Luiz Carlos Alborghetti e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei vem para dar condições de igualdade para que todas as pessoas que participarem dos sorteios tenham a possibilidade de concorrer no bingo com

segurança e equidade.

PROJETO DE LEI Nº 269/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um "Polo Agroindustrial e Eletroeletrônico", liderado pelo Município de Pato Branco, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a agroindústria e a indústria eletroeletrônicas da Região.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para sua criação através de Programa de Governo, e regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do MERCOSUL, criou-se a necessidade de se empreender uma verdadeira cruzada pela melhoria de qualidade e aumento da produtividade em todas as regiões do nosso Estado. Isto se torna necessário em função da posição geográfica que o Paraná se encontra em relação ao MERCOSUL - pois somos considerados o "Portal do MERCOSUL" - e a conseqüente preparação para a competitividade que o novo mercado exige.

Considerando que o Governo do Estado tem buscado a execução de projetos que levam ao desenvolvimento do Paraná e de todos os paranaenses, vemos aqui a justificativa para o nosso projeto de lei.

Implementar o Polo Agroindustrial e de Eletroeletrônicos, é uma das maneiras de aumentar o índice de oferta de empregos na região.

Esta implementação por certo exigirá a melhoria da qualidade da mão-de-obra, que necessitará, cada dia mais, oferecer cursos de treinamento e formação de mão-de-obra especializada, o que poderá ser feito através da estrutura do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, que possui em Pato Branco uma das mais modernas instalações do país. Vale salientar que o CEFET em Pato Branco possui seis cursos de terceiro grau e dois de segundo grau, e forma todos os anos cerca de 231 alunos. Seu quadro de docente é um dos mais qualificados do país onde 02 professores são doutores, 30 mestres e 95 especialistas. Desta forma estamos aproveitando a mão-de-obra especializada formada pelo CEFET para implementar a indústria eletroeletrônica. Por outro lado será fortalecida a base produtiva da região que é formada por pequenos agricultores onde através da agroindústria será possível a agregação de valores e a viabilização dos pequenos produtores nesta economia globalizada.

O Governo do Estado através de suas secretarias e órgãos especializados adotará mecanismos para viabilizar a implantação de Programas visando o desenvolvimento industrial do Sudoeste do Paraná.

Com certeza a nossa região que é extremamente agrícola e que possui estrutura fundiária diferenciada em nosso Estado terá desta forma a possibilidade de um desenvolvimento integrado.

Esta é a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 270/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Feminina de Assistência às Depen-

dentes de Drogas e/ou Alcool de Jacarezinho, é uma sociedade civil com prazo indeterminado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é dinamizar uma terapia ocupacional, através da criação de um centro de oração e trabalho, visando acompanhamento de jovens, ou outras pessoas do sexo feminino que se propõem ao abandono dos tóxicos de qualquer espécie, e da dependência do álcool.

PROJETO DE LEI Nº 271/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O pagamento dos servidores públicos civis do Poder Executivo do Estado do Paraná será realizado de acordo com o seguinte cronograma:

I - dos servidores públicos que recebem vencimentos de até 03 salários mínimos: até o 4º (quarto) dia útil anterior ao final do mês de referência;

II - dos servidores públicos que recebem vencimentos superiores à 03 salários mínimos e inferiores à 06 salários mínimos: no 3º (terceiro) dia útil anterior ao final do mês de referência;

III - dos servidores públicos que recebem vencimentos superiores à 06 salários mínimos e inferiores à 08 salários mínimos: no 2º (segundo) dia útil anterior ao final do mês de referência;

IV - dos servidores públicos que recebem vencimentos superiores à 08 salários mínimos: no último dia útil do mês de referência.

Art. 2º - Os vencimentos com dia de pagamento determinados pelo artigo anterior deverão estar líquidos e disponíveis nas contas respectivas de cada servidor público ou disponíveis para pronto pagamento no exato dia útil correspondente à data nesta lei determinada.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97.

(a) ANGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o pagamento dos servidores civis do Estado do Paraná lotados no Poder Executivo, tanto de ativos como de inativos, é realizado em apenas um único dia, mais precisamente o último dia útil do mês, coincidindo com período que já concentra o vencimento de outros compromissos do público junto à rede bancária do Paraná, notadamente junto ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Não obstante seja objetivo do Banestado oferecer o melhor atendimento possível aos seus clientes e usuários, o significativo volume de pessoas que se dirigem às agências precisamente no último dia útil de todos os meses acaba por comprometer, sensivelmente, a qualidade dos serviços prestados, ocasionando insatisfação dos clientes, especialmente dos servidores públicos do Estado do Paraná.

De outra face, esta situação nesse dia acaba por afetar, por via transversa, os próprios índices de produtividade do serviço público estadual, em função do tempo despendido pelos servidores públicos em filas de espera nas agências do Banestado.

E, por fim, a concentração de elevados volumes de recursos nas agências e postos de serviços do Banestado para a realização dos pagamentos dos servidores públicos tem caracterizado motivo para a realização de assaltos à esta instituição, ocasionando frequentes prejuízos financeiros ao Banco, bem como acaba por colocar em risco a integridade dos funcionários e servidores da instituição.

Por todo o exposto é que propomos a regulamentação das datas de pagamento dos servidores públicos civis, ativos e inativos, do Estado do Paraná vinculados ao Poder Executivo Estadual, dividindo-os por categorias salariais, em quatro grupos, semelhantes em números de funcionários e em montante da folha de pagamento, cada grupo com dia de pagamento específico, conforme tabela exposta a seguir, elaborada com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração com referência à março de 1997.

DIA DO PAGTO	FAIXA SALARIAL (SM-SAL. MÍNIMO)	Nº FUNCIONÁRIOS	%	MONTANTE ESTIMADO DA FOLHA (R\$ 1.000)	%
D1	até 3 s.m.	66.044	32	13.055	09
D2	acima de 3 até 6 s.m.	57.205	28	27.698	18
D3	acima de 6 até 8 s.m.	39.088	19	30.245	21
D4	acima de 8 s.m.	42.451	21	76.150	52
TOTAL		204.788	100	147.148	100

D1 = 4º dia útil anterior ao final do mês

D2 = antepenúltimo dia útil do mês

D3 = penúltimo dia útil do mês

D4 = último dia útil do mês

Pelo exposto, considerando que as faixas de menores salários compreendem quantidades maiores de funcionários, o desmembramento das datas de pagamento na forma proposta teria efeitos altamente positivos nas condições de atendimento bancário ao funcionalismo público e em contrapartida, não apresentaria maior comprometimento no fluxo financeiro do Estado.

Assim, considerando que o presente projeto de lei:

a) reduz as filas no último dia útil de cada mês nas agências do Banestado, aumentando o grau de satisfação de clientes, usuários e dos servidores públicos do Estado do Paraná;

b) melhora as condições de atendimento dos servidores públicos e diminui o tempo de ausência destes do serviço público nos dias de pagamento;

c) diminui a probabilidade da ocorrência de assaltos nas agências e postos de serviço do BANESTADO; e

d) não compromete o fluxo de caixa do Estado do Paraná, vez que o montante antecipado de pagamentos seria proporcionalmente inferior à quantidade de pagamento realizados.

Conclamamos os Nobres Colegas de Parlamento a apreciar e aprovar o presente projeto de lei, visto que atende aos mais basilares princípios do interesse público dos cidadãos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk). Concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. (Declina).

Com a palavra o Deputado Horário Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados que nos honram com a presença pontual na Assembléia Legislativa. Senhor Presidente, ontem eu dei entrada em um Projeto de Lei, visando disciplinar o jogo de bingo no Estado do Paraná. Sabem os Srs. Deputados que este jogo vem atraindo, e é o caso de alguns bingos aqui na Capital, mais de 1.000, 1.500 pessoas por dia, girando recursos líquido, para estas casas na ordem de 20.000 reais por dia. E é evidente e eu tenho recebido queixas em meu gabinete e acredito que os Srs. Deputados também, que o jogo de bingo com a mecânica usada através de

computadores vem beneficiando interesses escusos e não normais às pessoas frequentadoras destas casas de diversão. Por outro lado, Sr. Presidente, isso será votado aqui na Assembléia e nós esperamos pelo menos, o estudo criterioso dos Srs. Deputados.

Estou encaminhando requerimento à Assembléia Legislativa convidando os empresários que geraram um resultado desastroso para o Estado, temos um gerente do Banco do Estado do Paraná preso, outros implicados presos e os empresários que pagaram, que sabiam desta mutreta contra os cofres públicos não foram ouvidos por ninguém, estão todos soltinhos por aí, é o caso do Mercadorama, é o caso da La Violetera, que ninguém sabe qual a participação destes empresários nesta bandalheira que visava furtar o dinheiro público, o dinheiro de todos os paranaenses. Estou enviando um convite à Mesa Executiva pretendendo ouvir estes empresários implicados nesta maracutaia do ICMS e quero depois de escutar estes empresários que os Srs. Deputados nos apoiem no pedido de uma CPI para sabermos exatamente aonde estão os culpados. A intenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados é que se faça a justiça não só com estes que estão presos mas com os empresários que permitiram, que auxiliaram nesta maracutaia feita, visando dinheiro de arrecadação do Estado do Paraná. Peço o apoio dos Srs. Deputados e tenho a certeza que o Sr. Líder do Governo também deve apoiar, o Sr. Presidente da Assembléia deve apoiar e os líderes dos demais partidos devem apoiar que se tragam aqui estes empresários que fizeram que auxiliaram essa maracutaia do ICMS aonde nós temos um gerente, um gerente do Banco do Estado do Paraná preso no presídio provisório do Ahú.

Acho que este presídio, não obstante a grande lotação dos presídios do Paraná ainda cabem alguns empresários lá dentro e para isso eu estou convidando primeiramente a esses empresários que venham a Assembléia nos explicar o que aconteceu, para que possa a Assembléia não pagar uma vez mais o preço da omissão.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Nelson Turek.

O SR. NELSON TUREK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, semana passada não foi possível subirmos à Tribuna, quando faltou energia para aqui podermos relatar obras executadas no interior do Estado, do Governo Jaime Lerner, e também da Secretaria do Presidente da Fundepar, o Sigmundo Morgensten, obras que não poderíamos nos calar para aqui perante os Senhores Deputados nós recebemos todos os projetos de obras do Governo Jaime Lerner, através da Fundepar que foram liberados para o interior do Estado do Paraná e no qual até nós que subimos a esta tribuna e elogiávamos a administração do Governo Jaime Lerner de obras nos quatro cantos, ficamos surpresos quando recebemos este relatório da Fundepar e aonde diz município por município dos recursos.

Temos aqui aonde se reclamava que Londrina não ia recurso do governo, só da Fundepar o Município de Londrina recebeu 10 milhões de reais, nós temos aqui o Município de Almirante Tamandaré, município vizinho de Curitiba e da região metropolitana, três milhões de reais, nós temos o Município de Maringá com quatro milhões de reais, Ponta Grossa, três milhões de reais, um município pequeno lá da região da Concan, 450 mil reais, temos Campo Mourão com um milhão e quinhentos mil reais, Cascavel, cinco milhões de reais, nós temos Castro com um milhão e cem, e assim por diante, até o município do Deputado Élio Rusch, Marechal Cândido Rondon, um milhão, quatrocentos e setenta mil reais.

Portanto, Sr. Presidente, jamais podemos nos calar de dizer que o Governo Jaime Lerner é um governo da capital. É um governo do interior e é por isto que estou aqui hoje subindo a esta tribuna para dizer de obras importantes somente na área da educação, da Fundepar que foram liberados para a nossa região. Só na nossa região Campo Mourão, na região da CONCAN, o que não foi liberado em quatro anos foi liberado em dois anos do Governador Jaime Lerner.

Por isso que uso desta tribuna para reafirmar mais uma vez da responsabilidade do compromisso do Governo Jaime Lerner e ao mesmo tempo enaltecer o trabalho do Presidente da FUNDEPAR, do Sigmundo Morgensten, e também da sua equipe de trabalho, como também o Antonio Celso. E dizer aos Srs. Deputados não só de obras deste tamanho, de todos os municípios, quando eu disse e mostrei ao Deputado Edno Guimarães, o próprio Deputado também, Edno Guimarães, o nosso líder do Partido do PDT, o Deputado Walmor Trentini, diziam: "Realmente o governo está cumprindo, o governo está trabalhando pelo desenvolvimento, pelo progresso". E não podemos aceitar quando alguém fala que o governo não está olhando pelo interior; ao contrário, o nosso governo tem se preocupado, o nosso governo tem olhado os projetos fundamentais da nossa região. Mas tem uma coisa que nós jamais poderemos aceitar, estamos indo amarrado, juntamente com uma comitiva, com o nosso líder do governo, Valdir Rossoni, indo a Brasília para ver, porque nós não conseguimos acreditar, eu não consigo. Quando eu sou um Vereador eleito pelo, vou trabalhar para representar o seu povo, para que as coisas saiam, vou ao Prefeito, aprovo os projetos de financiamentos quando era o PRAN, hoje passou o PEDU, hoje é o programa Paraná Urbano. E nós temos visto os Vereadores aprovando, porque se o município tem a sua capacidade de endividamento porque ele é bem gerenciado, os Vereadores têm aprovado. O mesmo acontece conosco que somos Deputados Estaduais que temos aprovado aqui os projetos do Governador Jaime Lerner para que nós tenhamos um Paraná melhor, uma vida melhor que é o sonho, que é a esperança do nosso interior do Estado do Paraná. Mas nós não podemos nos calar e ficar quietos Senhores Deputados. Quando um Estado tem uma capacidade de endividamento, quando um Estado faz os seus projetos de futuro, de transformação, quando o povo elege os seus representantes, quando elege os seus Senadores para pensar no futuro do nosso interior, nós não podemos jamais nos aquietar, e em voz bem alta do interior para gritar, porque nós não aceitamos. Nós recebemos hoje ainda através de Vereadores, através de Prefeitos, as manifestações que precisam dos recursos para que eles possam administrar o nosso interior. Não posso ficar quieto aqui Senhores Deputados, em reuniões que tive no interior com os pequenos agricultores, que ali chorando, que ali reclamando, dizendo que não aguentam mais. E quando se tem um projeto da Secretaria da Agricultura, do nosso Secretário Hermas Brandão, quando se tem um projeto do Governo Jaime Lerner para atender aqueles nossos irmãos, aqueles nossos heróis, que é a razão deste Paraná, da transformação, vêm os seus projetos de governo serem bloqueados lá em Brasília. Olha gente, enquanto nós vemos quantos Estados sendo liberados os recursos, o nosso Paraná que está em dia, não tem atraso na folha de pagamento, que tem liberado recursos como agora o Paraná Urbano, em praticamente quase todos os municípios do Paraná, só não tem naqueles que não foram liberados aonde os Prefeitos faziam uma má administração e que não se deve levar a culpa ao governo do Estado porque não tinha capacidade de endividamento, não tinha o seu balanço aprovado. Mas nós vemos agora e temos visto no rosto, na esperança do agricultor, do comerciante, do industrial, do mais simples trabalhador deste Estado ver um Estado crescendo, ver um Estado pujante com a sua transformação da industrialização, porque nós não podemos ser um Estado dependente, nós queremos ser um Estado independente, com a geração de emprego, com a distribuição de renda, e o nosso governo tem feito isso. E por causa de projetos que estão aí as montadoras que nunca vieram ao Paraná, e com os projetos do nosso governo alguém está com dor de cotovelo, alguém está com mágoa. E com isso tentando destruir um projeto para os paranaenses, porque isso que estão fazendo, cancelando e não aprovando o dinheiro do Paraná, só pode ser projeto próprio, porque não se faz isso contra o povo do Paraná. Falo isso porque fui Vereador, porque fui Prefeito e hoje sou Deputado Estadual, e nós não podemos aceitar que essas coisas aconteçam no nosso Estado. Políticamente se faz em época de eleição, mas não fora de eleição.

E por isso Senhor Presidente, nós temos recebido re-

clamações de prefeitos e vereadores e do povo. Um vereador é eleito por quatro anos; um prefeito é eleito por quatro anos; um deputado é eleito por quatro anos; um governador, por quatro anos; um presidente da república, por quatro anos. Então, por que elegemos senadores para ficar oito anos, lá em Brasília. Tem que ser todos com quatro anos, porque aí, todo mundo vai trabalhar.

Não posso concordar de ser um simples deputado humilde, do interior, que estou toda semana, junto com o nosso povo, de ver tamanhas barbaridades, que aconteçam por causa de um protocolo de intenções da Renault, que é um protocolo de segredo de Estado, e que nem o Estado tem revelado.

É por isso, que nós aqui, hoje, fazemos este discurso. Porque nós estamos fazendo o discurso em nome do pequeno agricultor, daquele que ao longo dos anos vendeu as suas terras, porque não houve realmente aquele respaldo, aquele financiamento digno de respeito, de calor humano a ele.

Eles estão, aqui, hoje, nas periferias de Curitiba ou estão, lá, em São Paulo ou foram embora para Rondônia.

Nós precisamos, ainda hoje, antes tarde do que nunca, ajudar esse pequeno agricultor, atrás do financiamento do Paraná 12 Meses, para que ele fique no interior. Lá que é o lugar dele. O Pessuti e o Romanelli sabem disso.

Tenho que falar do coração, aquilo que eu vejo do povo do interior, reclamando de um Estado que tem a sua capacidade e é negado por aqueles que confiaram neles, realmente representar o Paraná, em Brasília. E, nós vemos o único Estado que é discriminado, é o Estado do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputado Nelson Tureck, certamente não terei a voz tronitroante, como diz o Deputado Anibal Khury, para neste aparte atingir os mesmos decibéis que atinge V.Exa., na Tribuna.

A preocupação que tem V.Exa. é a mesma que nós temos, de apoiar os pequenos produtores rurais, de apoiar o saneamento do Paraná, de apoiarmos a educação. Tanto que o Governo Requião e Mário Pereira, quando saíram do governo, deixaram ainda alguma coisa para se fazer, em termos de Paraná Rural, que era um programa que vinha sendo aplicado. Deixaram o PROSAN para ser executado pelo Jaime Lerner, e deixaram recursos que foram firmados em Nova Iorque, ou Washington, não sei, pelo Mário Pereira, Olivir Gabardo, num valor superior a duzentos milhões para a educação.

Então, nós sabemos de tudo isso. Não adianta a gente querer dizer, que o Requião ou o Osmar, enquanto governador e secretário da agricultura não apoiaram a agricultura. Nós todos somos testemunhas do que fez o Governo de Alvaro Dias, o que fez o Governo de José Richa, com o maior programa de eletrificação rural do Paraná. Que fez Requião com o Paraná Rural, Panela Cheia, Bom Emprego Rural. Nós somos testemunhas.

Acho que a melhor demonstração que poderia dar ao governo do Estado, de que realmente quer ajudar os agricultores do Paraná, e eu já disse isso - foi publicado nos jornais a mais de trinta dias atrás, é que ele desse aos agricultores do nosso Estado o mesmo tratamento que está dando, por exemplo à Renault. Que financiasse trezentos milhões de reais, sem juro, sem correção-monetária aos agricultores do Paraná, sem juros, sem correção-monetária, que seria muitas vezes melhor que o Paraná 12 Meses, que seria trezentos milhões a fundo perdido. Porque sem juros, nem correção-monetária, com dez anos de carência, com 10% de inflação, zera a conta.

Então é isso. Acho muito mais fácil nós quisermos modificar o pensamento de vinte e sete senadores ou de todo um conjunto do Senado que está sob a égide de uma CPI que questiona a postura de senadores em seus pareceres sobre a emissão de títulos. Quer dizer, é muito difícil nós mudarmos a cabeça de 81 senadores, 27 da comissão de assuntos econômicos. Acho que é mais fácil nós convenceremos o Governador Jaime Lerner de requerer lá uma sessão secreta, junto a comissão de assuntos econômicos, apresentar o protocolo e o assunto estará resolvido, tenho certeza.

V.Exa. falou: - "Estão acusando o governo disso, da-

quilo, mas a culpa foi das prefeituras, que, de repente não tinham seus balanços." Segundo as informações que nós temos, uma das razões que o Senado não está analisando os pedidos de empréstimos é que o balancete que o governo do Estado enviou para lá refere-se ao ano de 1995. Não mandou também o governo do Estado, segundo as informações que nos chegam, o balanço de 1996. Então a culpa também não é do Senado, como diz V.Exa. que a culpa não é do governo e sim das prefeituras, que não enviaram o balanço, quem sabe a culpa não seja dos senadores e seja do governo, que não apresentou também o seu balanço?

O SR. NELSON TURECK - Só queria dizer o seguinte, vamos esquecer partido político, pois se disse aqui por que o governo não dá aos agricultores o mesmo tratamento que deu para Renault? Vou dar um exemplo, aqui agora, de nitidez e testemunha viva. Se tivessem projetos ao longo dos governos anteriores nós não teríamos, Pessuti, o que aconteceu em Barbosa Ferraz. O município tinha 75.000 habitantes, hoje tem 14.000! O Município de Iretama, tinha 65.000 habitantes, era a capital do milho, sabe quanto tem hoje, no censo de agora? 11.000! Então eu pergunto: - se para o Paraná não veio indústria ao longo dos anos onde estava a ajuda aos pequenos agricultores que tiveram que vender as suas terras? Qual é a diferença? Isso é a mesma coisa que um tomate maduro e um tomate podre!

Porque vejam bem, se a agricultura que se prega que foi ajudada, não estaria o nosso interior enfraquecido do jeito que está hoje, as pequenas propriedades deixaram de existir. Muito bem, já que não se ajudou a pequena agricultura, o pequeno trabalhador, então se ajudou a industrialização, mas a industrialização, no Estado do Paraná, não aconteceu!

Santa Catarina, que é um Estado que não produz nada, nosso algodão plantado no interior é que ia para Santa Catarina, o milho ia para lá, Santa Catarina é um Estado industrializado. Aí eu dizia outro dia e volto a dizer aqui, mais uma vez, Senhor Presidente, quem foi o maior homem de Santa Catarina? Sou catarinense, mas o maior homem de Santa Catarina foi uma mulher, Anita Garibaldi, que transformou aquele Estado num Estado industrializado. E é por isso que eu defendo hoje aqui, nesta tribuna, defendo o interior, o agricultor e defendo a industrialização deste Estado que não tem! Precisamos ser um Estado independente e não ficar dependendo! E quando temos projeto de um governo, que não é politiquêiro, de um governo que é administrador, que pensa em projetar, em fazer as coisas acontecerem com a sua credibilidade. Credibilidade não só dentro do Estado mas no Brasil e no exterior.

É por isso que, em nome desses agricultores, em nome do trabalhador, em nome dos desempregados do Estado do Paraná que eu faço esse discurso aqui hoje, porque eu falo do coração, do sentimento e não sou politiquêiro! Faço a administração dos interesses do povo do Paraná!

É por isso que eu vim lá do interior, Prefeito de uma cidade de 4.000 eleitores e hoje sou Deputado Estadual, para brigar pela verdade!

Concedo o aparte ao Senhor Edno Guimarães.

O Sr. Edno Guimarães (Aparte) - Meu caro Deputado

Tureck, nós estamos ouvindo aqui atentamente o seu pronunciamento, até ficamos um pouco motivados. E quero dizer a V.Exa. que o governo do Estado na nossa região Noroeste do Paraná, na minha região, do Deputado Nelson Garcia, sua, do Deputado Trentini e de outros companheiros nossos que não vou citar o nome de todos para não tomar muito tempo, tem feito grandes investimentos. No início do seu pronunciamento o senhor se referia as obras da FUNDEPAR. Em Cianorte nós temos, só colégio, de 1743 metros quadrados, no valor de 460 mil, nós temos dois em construção, fora os colégios que estão em reformas. E também está sendo perfurado um super poço artesiano em nossa cidade, com a profundidade de 1500 metros com a capacidade de produção de 300 metros cúbicos de água por hora, e também com a possibilidade desse poço, - atendendo as informações técnicas que nós temos, por mais de 30 anos Cianorte poderá crescer como está crescendo, que não vai mais ter problema de falta de água na nossa cidade. Além da

restauração das pistas rodoviárias de Cianorte até Icaraima, passando por Rondão, Cidade Gaúcha, Papira, Nova Olímpia e também Cianorte até Umuarama que a obra está sendo concluída agora no nosso governo, o Governo Jaime Lerner.

Então, o governo tem feito grande investimento na nossa região, a credibilidade do nosso governador é muito grande, e isso faz com que ele busque recursos fora com facilidade. Quando não pode ser é barrado quando chega no Brasil, as vezes por outros interesses políticos. Então nós estamos aqui atentamente, quero avaliar esse seu pronunciamento, quero dizer que na nossa região também o governador tem feito o mesmo!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Olha Deputado, é impossível aqui nesta Casa, aqui no Plenário, a gente não ouvir V.Exa., até porque V.Exa. nesta tribuna faz o seu pronunciamento como faz nos palanques do Paraná, e que aliás é sua característica e que nós temos que respeitar esse seu lado que é o de guerreiro, V.Exa. está de parabéns por essa sua garra que tem em defender os seus pontos de vista. Mas rigorosamente aqui nesta Casa, Deputado Nelson Tureck, nós não precisamos ser convencidos que o Governador Jaime Lerner é o melhor governador do mundo. Na verdade, nós aqui da oposição, do PMDB, estamos cobrando políticas públicas que na verdade são frutos da sociedade paranaense. V.Exa. é um homem que tem andado na região da CONCAN e tem dois ouvidos muito bons, V.Exa. tem ouvido as reclamações gerais, não só dos Prefeitos, dos Vereadores, mas sobretudo da população paranaense, de uma população que certamente confunde, na verdade até as questões nacionais das políticas econômicas - V.Exa. fez inclusive aí uma alusão muito interessante em relação ao que aconteceu no Paraná nos últimos 30 anos, especialmente no começo da década de 70 com o advento do pacote do soja que banuiu os cafezais, - a palavra banuiu está na moda inclusive, - mas banuiu os cafezais somado com a grande geada de 75, que mudou o perfil da economia paranaense, que expulsou o homem do campo, ou seja, o Paraná tinha 2/3 da sua população, morando no campo, hoje tem apenas 25% da população morando no campo. Segundo análise do governador inclusive, ele que está dizendo, não sou eu, que no prazo de no máximo 10 anos vai chegar a 7%, 8%. Ora isso é fruto todo das mudanças tecnológicas, e nós paranaenses temos que interpretar isso, e mesmo que nós não gostemos que Barbosa Ferraz tenha passado por essa profunda transformação, nós temos que reconhecer que houve uma mudança brutal do perfil agropecuário do Município de Barbosa Ferraz, e é por isso que o povo foi expulso mesmo do campo, fruto da extinção das lavouras de café, do amendoim, do hortelã, das culturas de sobrevivência, ou seja, na verdade é uma mudança da economia agrícola do nosso Estado. Agora, sobretudo eu quero crer o seguinte, o que está em jogo aqui na verdade, e V.Exa. quando defende o governo, é claro que o governo - é impossível um governo que tem um orçamento como o nosso de 3 bilhões ou quatro bilhões de dólares por ano, esse é o dinheiro efetivo mesmo, que entra no caixa, que paga pessoal, que paga empreiteiros, enfim, até como o Secretário Deny Schuartz andou denunciando, mas esse dinheiro que o Estado recebe ele tem que aplicar, aplica o salário-educação através da FUNDEPAR, aplica na área da saúde, ou seja o governo tem obrigações constitucionais de aplicação de dinheiro, a boa discussão que nós fazemos Deputado Nelson Tureck e que é a voz da oposição, e que quero crer é a voz da sociedade civil, que se por um lado, nós vimos um pronunciamento muito brilhante feito pelo nosso Presidente Aníbal Khury, dessa tribuna, sobre a questão da situação das pequenas e médias empresas paranaenses. Hoje as empresas paranaenses, restam poucas empresas paranaenses que nós possamos nos orgulhar, que são empresas com tecnologia de capital, com condições de crescer nacionalmente. Só vejo uma única empresa hoje nessas condições inclusive. Agora, vigorosamente o Governo do Estado fez um processo para atrair essa empresa, especialmente a Renault, não vou falar das outras montadoras, que na nossa avaliação, pelas informações que dispomos é muito custo, a relação custo-benefício é profundamente desfavorável para o Estado do Paraná. Os trezentos milhões

que foram colocados na Renault, com prazo de dez anos para pagar sem juros e sem correção monetária, são valores que são muito expressivos em relação a dinheiro público do Paraná, para uma empresa estatal francesa, que vem para cá gerar pouquíssimos empregos. O Senhor veja o seguinte Deputado Nelson Tureck, aqui no pólo cerâmico de Campo Largo, aqui próximo da nossa Capital, seis mil trabalhadores perderam o emprego no período que compreende março/96 a abril de 97. Se o Governo do Estado injetasse 3 milhões de reais, na forma de capital de giro nesse pólo cerâmico, nós reencontraríamos esses funcionários num prazo extremamente curto de sessenta, talvez noventa dias.

Ora! O que quero crer é o seguinte: o apoio que o Governo do Estado deve dar, são as empresas paranaenses que já estão instaladas e que têm grandes dificuldades de sobreviver. Esses programas que V.Exa. está citando, que estão no Senado da República, ora! Há uma parte saudável do Programa Paraná Doze Meses, 25%, 30% do empréstimo que é saudável. Agora há uma imensa parte que o Programa das Vilas Rurais, que é um programa que embora goste do programa pessoalmente, acho que a relação custo-benefício do programa é questionável, são 296 milhões de dólares para o Programa das Vilas Rurais.

Ora! São questões na verdade que para Programa de Saneamento Ambiental do Paraná de fazer o tal do Canal navegável que vai ligar Matinhos a Pontal do Sul para os iates e se fazer as marinas ali dos mais ricos da nossa sociedade.

Ora! São mais 55 milhões de reais. São situações na verdade que têm que ser discutidas, porque se nós vamos injetar dinheiro nos programas, como queremos no caso da COPEL, em programas que gerassem empregos e renda, claro que é altamente vantajoso para o Estado, que você vai agregar a economia, você vai criar na verdade oportunidades, de que a receita seja maior e que a aplicação do Governo também seja melhor.

Por isso quero crer que Vossa Excelência faz da sua voz que é de todos, que é um grito de indignação mesmo pela situação que estamos vivendo, mas fundamentalmente pela adoção de programas por parte do Governo do nosso Estado, para que a população toda paranaense e as empresas especialmente possam ter melhor.

Por isso quero parabenizar Vossa Excelência, que mesmo tendo posições divergentes em um ou outro ponto, certamente Vossa Excelência pensa igual ao que penso em relação ao futuro do nosso Estado.

Muito obrigado por ter me ouvido!

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, para encerrar, para dar um exemplo, não existe futuro sem passado, não existe futuro sem presente. A exemplo de uma cidade, Campo Mourão, foi uma cidade que cresceu, e que na verdade quando as indústrias queriam ir para Campo Mourão, na década de 70, muitas vezes os Prefeitos não deram incentivo e não davam muitas vezes um terreno para a indústria.

Aí vinha o Prefeito de Maringá, lá de Umuarama, de Cascavel e de Londrina e levou as indústrias para lá, com isso Campo Mourão ficou e as cidades cresceram. O que nós queremos hoje e pela visão do nosso Governador, é que o Paraná, pela sua produção, pelas suas terras férteis e ricas que se produz de tudo, até se plantar em cima de pedra, de coisas boas que são as terras do Paraná que acaba produzindo. Queremos ser um Estado da altura do povo do Paraná, da altura desta Assembleia Legislativa, da altura de todos aqueles que têm um propósito de trabalho, porque na política, você faz a política do trabalho, você faz a política do desenvolvimento e não queremos perder o Paraná, para outros Estados, queremos ser um Estado independente. É isso que o projeto do nosso governo, e nós não podíamos aceitar de forma alguma ver os recursos que virão ao Estado do Paraná. Recursos de 7 anos de carência, 4 anos, com 18 anos para pagar, não virem de encontro aos nossos irmãos paranaenses, dessa bandeira, que é a bandeira do Paraná, a bandeira de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Grande Expediente, não há oradores inscritos, hoje.

Lideranças, PTB, PMDB, PPB, PSDB, PFL, PT, Liderança do Governo.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 038/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Paranapanema - FUNVAPAR, com sede e foro no Município de Colorado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 038/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Vale do Paranapanema - FUNVAPAR, com sede e foro no Município de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 02.06.97.
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Hidekazu Takayama - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 088/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi II, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 17.03.97)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 089/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de Barreirinha - ABEMBAR, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 17.97).

ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/96, que institui o Fundo Paraná, destinado a apoiar o Desenvolvimento Científico

do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no artigo 205, da Carta Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO DE Nº 01, SUBSTITUTIVO DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 212/96

CAPÍTULO I

Do Fundo Paraná

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do artigo 205 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Fundo Paraná tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins segundo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná - e aprovadas pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Constituirão recursos do Fundo Paraná:

I - 2,0% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária do Estado, anualmente, a partir da data de promulgação desta Lei, a serem transferidos:

a) 1% (um por cento), no mínimo, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial, junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, denominada Fundo Paraná,

b) 1% (um por cento), no mínimo, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial, junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, denominada Fundo Paraná com destino à Fundação Araucária.

II - juros, dividendos e quaisquer outras receitas decorrentes de aplicações de recursos do fundo;

III - repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;

IV - recursos provenientes de incentivos fiscais, bem como auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participação em convênio com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional.

V - saldo de exercícios anteriores;

VI - rendas provenientes de patentes e propriedades intelectuais;

VII - empréstimos contraídos por antecipação de receitas do Fundo;

VIII - dotações especiais do Orçamento do Estado e recursos não reembolsáveis, provenientes da União, dos municípios e de outras fontes;

IX - outros bens e recursos que venham a ser incorporados ao Fundo, inclusive a herança jacente, nos termos do Capítulo IV, artigo 1591 a 1594, do Código Civil Brasileiro.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Paraná serão destinados exclusivamente a projetos e programas vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná.

Art. 5º - A aplicação dos recursos do Fundo Paraná especificados no artigo 3º obedecerá os critérios e normas definidos na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovada pelo Governador do Estado, e terá a seguinte destinação:

I - a todas as atividades de auxílio e fomento listadas no artigo 15, que forem aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Fundo Paraná, conforme artigo 3.

II - para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, incluindo o TECPAR, desenvolvidos por órgãos

e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Fundo Paraná.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o órgão supervisor do Fundo Paraná, na forma desta lei.

Art. 7º - A proposta de Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a que se refere o artigo 5º será submetida pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à consideração do CCT Paraná para eventual aprovação, num prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de promulgação desta lei.

CAPÍTULO II

Do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná

Art. 8º - O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná - é órgão de assessoramento superior do Governador do Estado, para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Art. 9º - Compete ao CCT Paraná:

I - propor a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como parte integrante da política de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná;

II - avaliar planos, metas e prioridades de Governo, adequando-os à Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, identificando instrumentos e recursos;

III - auditar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

IV - apreciar o relatório anual sobre a gestão do Fundo Paraná e encaminhá-lo, uma vez aprovado, ao Governador do Estado;

V - analisar e decidir sobre projetos do TECPAR financiados com recursos do Fundo Paraná;

VI - estabelecer diretrizes para aplicação pelo Paraná Tecnologia em programas e projetos estratégicos por órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos do artigo 5º, III, desta lei;

VII - promover a cooperação com órgãos federais e internacionais de apoio e também com o setor privado, em atividades ligadas à pesquisa e formação de recursos humanos no Estado do Paraná;

VIII - analisar e aprovar propostas advindas da Fundação Araucária, nos termos dos artigos 16, parágrafo único, 19, inciso II e 35 desta lei.

Art. 10 - O CCT Paraná, presidido pelo Governador do Estado, terá a seguinte composição:

I - 02 (dois) membros representando o Poder Executivo Estadual, sendo um deles o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e outro o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

II - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade científica paranaense, sendo um deles pertencente ao corpo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

III - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade tecnológica paranaense;

IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade empresarial paranaense, sendo 01 (um) deles pertencente ao setor agrícola e que desenvolva atividades de Ciência e Tecnologia;

V - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade trabalhadora paranaense.

§ 1º - Nos impedimentos e ausências do Governador do Estado, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o seu substituto legal no CCT.

§ 2º - A participação no CCT Paraná não será remunerada.

§ 3º - A critério do Governador do Estado, poderão ser convocados para participar das reuniões do CCT Paraná outros Secretários de Estado e cidadãos de notório saber e alta cultura em ciência e tecnologia.

§ 4º - Os representantes referidos nos incisos II, III, IV e V serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 5º - A cada (dois) anos renovados 50% (cinquenta por cento) do CCT.

§ 6º - Os membros aludidos nos incisos II, III, IV e V serão nomeados pelo Governador do Estado a partir da indicação das respectivas comunidades, sendo que os membros deverão possuir titulação de doutor e ou reconhecidas contribuições para a Ciência e Tecnologia.

Art. 11 - As reuniões do CCT Paraná serão realizadas com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões sempre tomadas por maioria de votos presentes.

Art. 12 - O Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, num prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de promulgação desta lei, apresentará ao Governador do Estado Projeto de Decreto Estadual para a regulamentação do CCT Paraná.

CAPÍTULO III

Da Fundação Araucária

SEÇÃO I

Das Finalidades

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos da Lei Civil, a Fundação Araucária, para amparo à pesquisa e para a formação de recursos humanos, necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná.

Art. 14 - A Fundação Araucária, com sede e foro em Curitiba, será dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio.

Art. 15 - Para a consecução de seus fins compete à Fundação Araucária, individualmente ou em parceria com órgãos financiadores federais, estaduais e municipais;

I - custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisa individuais públicos ou privados, aprovados por seus órgãos competentes;

II - custear instalação de novas unidades de pesquisa públicas e privadas;

III - fiscalizar a aplicação dos recursos que fornecer, podendo suspendê-los nos casos de inobservância dos projetos aprovados;

IV - manter banco de dados atualizado sobre as unidades de pesquisa existentes no Estado do Paraná e daquelas no País ou no exterior relevantes ou de interesse para a implementação da Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relacionando detalhes sobre recursos humanos, equipamentos e instalações;

V - manter banco de dados atualizado relativo a pesquisas e bolsistas financiados pela Fundação Araucária e por outras instituições federais ou internacionais no Estado do Paraná;

VI - promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Paraná e no Brasil, identificando os campos que deverão receber apoio e financiamento;

VII - promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, através da concessão ou complementação de bolsas de estudo ou de pesquisa, no País ou no exterior;

VIII - promover ou subvencionar a publicação de resultados de pesquisas.

Art. 16 - Os custos com a administração, inclusive vencimentos de diretores e respectivos consultores, bem como salários de empregados, não poderão ultrapassar a 5,0 (cinco por cento) dos recursos destinados à consecução de suas finalidades.

Art. 17 - É vedado à Fundação Araucária:

- I - criar órgãos próprios de pesquisa;
- II - assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;
- III - auxiliar atividades administrativas de instituições de pesquisas.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. 18 - Constituirão recursos da Fundação:

- I - a parcela correspondente aos recursos efetivamente desembolsados para o atendimento dos gastos definidos no artigo 15 desta lei, até o montante de 50% (cinquenta por cento) dos recursos definidos previstos no artigo 205 da Constituição Estadual;
 - II - recursos adicionais do Fundo Paraná, ouvido o CCT Paraná;
 - III - rendas de seu patrimônio;
 - IV - saldos de exercício;
 - V - doações, legados e subvenções;
 - VI - as parcelas que lhe forem contratualmente atribuídas dos lucros decorrentes da exploração de direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio.
- Parágrafo Único - A Fundação Araucária deverá aplicar recursos na formação de um patrimônio rentável.

SEÇÃO III Da Organização

Art. 19 - A Fundação Araucária será constituída pelos seguintes órgãos:

- I - Conselho Superior;
- II - Diretoria.

Do Conselho Superior

Art. 20 - O Conselho Superior, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e fiscal, será presidido pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, compor-se-á de quinze membros:

- I - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado, incluindo o presidente do conselho superior;
 - II - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista não nupla em ordem alfabética pelas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo Estadual;
 - III - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista não nupla em ordem alfabética pelas demais instituições de Ensino Superior em funcionamento no Paraná;
 - IV - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista não nupla em ordem alfabética pelas Instituições de Pesquisa em funcionamento no Estado do Paraná;
 - V - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista não nupla em ordem alfabética pela comunidade empresarial do Estado do Paraná.
- § 1º - Todos os membros do Conselho Superior deverão ser escolhidos entre pessoas que deverão possuir titulação de doutor ou perfil equivalente, reconhecida competência científica e tecnológica e reputação ilibada.
- § 2º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 06 (seis) anos, sendo permitida uma recondução.
- § 3º - A cada 02 (dois) anos será renovado 1/3 (um terço) de seus membros.
- § 4º - O Conselho Superior será convocado pelo Presidente ou por metade de seus membros.
- § 5º - As funções de Conselheiro e de Presidente do Conselho Superior não serão remuneradas.

Art. 21 - Compete ao Conselho Superior:

- I - elaborar e modificar os estatutos que disciplinam o funcionamento da Fundação Araucária, submetendo-os à aprovação do Governador do Estado;

II - elaborar e modificar o Regimento Interno, bem como resolver os casos omissos;

III - orientar o funcionamento da Fundação dentro das diretrizes e disposições definidas nesta lei;

IV - aprovar os planos anuais de atividades, inclusive proposta orçamentária;

V - orientar a política patrimonial e financeira da Fundação Araucária;

VI - deliberar sobre o provimento e remuneração dos cargos administrativos da Fundação Araucária;

VII - fixar o número e fixar a remuneração dos consultores científicos;

VIII - julgar e aprovar as contas do exercício anterior e apreciar os relatórios financeiros.

§ 1º - O Conselho Superior reunir-se-á em sessão ordinária a cada três meses, e extraordinariamente quando necessário.

§ 2º - Os Diretores poderão ser convocados para participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.

Art. 22 - Serão atribuições e deveres do Presidente, além das que o Conselho lhe atribuir:

- I - convocar o Conselho Superior;
- II - presidir as reuniões do Conselho Superior.

Diretoria

Art. 23 - A Diretoria da Fundação Araucária será constituída por 01 (um) Superintendente, 1 (um) Diretor-Técnico e 1 (um) Diretor-Administrativo.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria serão escolhidos pelo Governador do Estado em listas tríplices, sendo uma para cada membro da Diretoria, todas apresentadas em ordem alfabética e preparadas pelo Conselho Superior.

Art. 24 - Compete ao Superintendente:

- I - representar a Fundação Araucária ou promover a representação em juízo e fora dele;
- II - coordenar as ações da diretoria.

Art. 25 - Compete ao Diretor-Técnico substituir o Superintendente em suas eventuais ausências e impedimentos.

Parágrafo Único - Vagando-se a Superintendente, o Diretor-Técnico assumirá o cargo e solicitará, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Superior a elaboração da lista tríplice prevista no artigo 23.

Art. 26 - São atribuições da Diretoria:

I - proporcionar estrutura administrativas à Fundação, fixando o regime de trabalho e atribuições do pessoal em Regimento Interno que será submetido à apreciação do Conselho Superior;

II - deliberar sobre os pedidos de concessão de auxílio do Conselho Superior;

III - organizar o plano anual da Fundação e submetê-lo ao Conselho Superior;

IV - organizar a proposta orçamentária anual e submetê-la à consideração do Conselho Superior;

V - propor ao Conselho Superior o número de consultores a serem contratados a critério da Diretoria Técnica, sua distribuição pelos vários setores de atividades e sua remuneração;

VI - propor o plano de cargos e salários dos empregados da Fundação;

VII - elaborar relatório de atividades da Fundação Araucária, em especial sobre os auxílios e os resultados das pesquisas, promovendo anualmente a sua ampla divulgação após aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 27 - Ao Diretor-Técnico compete a coordenação da consultoria científica, de acordo com a orientação do Conselho Superior e da Diretoria, no que diz respeito à contratação de consultores, distribuições de tarefas de análise de pedidos e à solicitação de auxílio técnico externo em casos especiais.

Art. 28 - Ao Diretor-Administrativo serão subordina-

dos diretamente os serviços de secretaria, contabilidade e finanças.

CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 29 - A Lei nº 7.056, de 04 de dezembro de 1978, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública com a denominação de Instituto de Tecnologia do Paraná, passará a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º - No cumprimento de seus objetivos a Empresa poderá:

V - participar, com capital próprio em instituições e sociedades que possuam fins complementares ou que venha a ser constituídas com a finalidade de implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

VI - constituir sociedades no intuito de obter melhor eficiência operacional".

Art. 30 - Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar a participação de capital do TECPAR em outras sociedades e instituições, bem como a constituição de pessoas jurídicas a ela coligadas, afiliadas ou associadas.

Art. 31 - O Poder Executivo promoverá a necessária reestruturação do TECPAR e demais órgãos sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, para adequá-los ao disposto nesta lei.

CAPÍTULO V Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 32 - O Poder Executivo transferirá na data da promulgação desta lei, recursos de caixa ou ativos pertencentes ao Estado, equivalentes à Dotação Orçamentária prevista na L.D.O. do exercício de 1996, nas rubricas oriundas da fonte 32, Código 2185, Unidade CCT/SETI, ao Fundo Paraná.

Parágrafo Único - Os recursos mencionados no "caput" serão utilizados na informatização, no reequipamento e na recuperação física do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, conforme Plano de Investimentos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para 1996 e de acordo com prioridades e cronogramas de repasse a serem estabelecidos pela Secretaria.

Art. 33 - Para os efeitos do artigo 32 esta lei, poderão ser utilizados recursos oriundos da venda de ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme autorização legislativa pré-existente.

Art. 34 - Em seu primeiro mandato um terço dos membros do Conselho Superior da Fundação Araucária serão preenchidos com conselheiros eleitos para um mandato de 02 (dois) anos e mais um terço por 04 (quatro) anos, nos termos do artigo 20, § 3º desta lei.

Art. 35 - Para operacionalizar o funcionamento da Fundação Araucária no primeiro ano de atividades, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apresentará proposta orçamentária ao CCT Paraná.

Art. 36 - O Poder Executivo terá 90 (noventa) dias a partir da promulgação desta lei, para regulamentar e implantar a Fundação Araucária.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Estaduais nº 6.189, de 26/04/71 e 8.837, de 15/10/86; o Decreto Estadual nº 3.807, de 28/05/81 e suas alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) IRINEU COLOMBO, AUGUSTINHO ZUCCHI, ÉLIO RUSCH, WALMOR TRENTINI, PÉRICLES MELLO, JOEL COIMBRA, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CÉSAR SELEME, BASÍLIO ZANUSSO, ADEMAR TRAIANO e DOUTOR ROSINHA.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 02 SUB-EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO SUBSTITUTIVO DA C.C.J.

O inciso IV do artigo 10 do Capítulo II, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade empresarial paranaense, sendo 01 (um) deles pertencente ao Setor Cooperativista Agrícola.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Edson Silva Lino, José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, José Tavares e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente Emenda promover os ajustes necessários à redação do artigo 10, inciso do Capítulo II "Do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia", em função de que o Setor Cooperativista Agrícola do Estado vem de longa data desenvolvendo pesquisas científicas na área agropecuária, contribuindo de forma significativa para melhoria na produtividade agrícola do Estado.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Universitário, com sede e foro no Município de Londrina, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo, na Cidade de Ubatuba, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Figueira, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itauna do Sul, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Região Centro-Oeste do Paraná - AMCOPAR, com sede e foro no Município de Guapuava, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/97, que autoriza o Poder Executivo contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, para execução do Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Publ. no D.A. nº 59, de 28.04.96, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/97

PARECER:

A proposição em exame, originária da Mensagem nº 012/97, do Senhor Governador, visa dotar o Poder Executivo de autorização legal para contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal.

O limite previsto alcança o equivalente a US\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil dólares) para execução do "Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira" do Ministério da Fazenda de forma a dotar a CAFE (Coordenação de Administração Financeira do Estado) e a CRE (Coordenação de Receita Estadual) de equipamentos de informática e qualificação e treinamento de pessoal.

Respeitados os pressupostos constitucionais, legais e regimentais, está o projeto de lei em condições de prosseguir sua normal tramitação até votação em Plenário.

É favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 183/97

PARECER:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 012/97, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, para execução do Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável a tal propositura.

Esta Comissão chamada a opinar constatou que a contratação das operações de crédito visa promover uma reestruturação organizacional e física, na sua base tecnológica, disponibilização de equipamentos de apoio e principalmente qualificação do quadro de pessoal, pretende através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados brasileiros, obter os recursos necessários à implementação do projeto.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Para encaminhar Senhor Presidente.
(ASSENTIMENTO)

Senhor Presidente, eu na verdade, embora esteja sendo analisado aqui a constitucionalidade, não é a discussão do mérito dessa Mensagem do Poder Executivo, mas uma autorização ao Poder Executivo para contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal. Ora ocorre um programa de modernização da administração tributária financeira do âmbito da Secretaria da Fazenda. A informação que eu tenho Excelência, é que esses recursos aqui, oriundos de contratação de empréstimos, eles vão servir na verdade de contrapartida para um outro financiamento já feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Então, na verdade, o que eu gostaria de saber, se fosse possível antes de votar esta matéria, era saber da liderança do governo, o nobre Deputado Valdir Rossoni, se de fato esses 16 milhões de reais se destinam a ser uma contrapartida a um programa de financiamento do Banco Mundial para este fim específico que está aqui, de modernização da administração financeira e tributária do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.
APROVADO.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Eu pediria a V.Exa.

que registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos registrar.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/97, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 015/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 26.670.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Empresa vinculada à chefia do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68 de 13.05.97 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 203/97

PARECER:

O Projeto de Lei nº 203/97, decorrente da Mensagem do Governador nº 15/97, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 26.670.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), no orçamento da COPEL para este exercício.

A autorização legislativa viabilizará cobertura orçamentária para a reinversão de dividendos do Estado para investimentos na Companhia, visando a ampliação e manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica rural e urbana.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e regimental nenhum obstáculo inviabiliza a normal tramitação da presente proposição.

Isto posto esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 203/97

PARECER:

Relatório

O Presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 15/97, tem por objetivo aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 26.670.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável a tal propositura.

Esta Comissão chamada a opinar constatou que esta suplementação visa dar cobertura orçamentária à Reinversão de Dividendos pelo Estado, os quais serão destinados para investimentos que a COPEL realizará sendo ampliar e manter o sistema de distribuição urbana e rural de energia elétrica.

Os recursos referidos decorrentes de cancelamento de dotação de Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão das SEPL.

Conclusão

Diante do Exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Visa a abertura de crédito suplementar no valor de 26 milhões, 670 mil no orçamento da COPEL.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ultimamente a questão da empresa COPEL tem vindo à tona em vários

momentos nesta Casa para vários debates. Um deles foi um debate acalorado, quando da discussão do lançamento das debêntures da COPEL que até hoje, e não sei que data está marcada para ser resgatada. O governo lança debêntures no mercado, vende-os, arrecada uma quantidade de dinheiro que foi aplicada para fins não colocados na lei. Foi até ato de um pronunciamento do Deputado Pessuti e a razão do questionamento e a saída da Comissão que acompanha a colocação de debêntures no mercado. (Saída do Deputado Ângelo Vanhoni e Caio Quintana).

Então vem sob o manto de várias dúvidas. Enquanto a COPEL lança debêntures, arrecada dinheiro no mercado, gasta de maneira considerada inclusive ilegal e de maneira obscura. Agora, o governo do Estado retira esse montante de dinheiro do FDE para injetar na COPEL e empresa essa que, de acordo com a disposição da súmula está retirando do FDE esses 26 milhões. É o cancelamento de despesa. Nós do PT votaremos contrários a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.
APROVADO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação: os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e dois aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Oito rejeitam. Aprovado o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para justificar o voto na questão da COPEL, o ilustre Deputado Rosinha deu um encaminhamento completamente equivocado. Vou fazer um pequeno esclarecimento sobre esta questão, porque é importante que...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) (Faz soar os timpanos)

Lamento informar a V. Exa. que é matéria vencida. V. Exa. poderá fazer o pronunciamento na Sessão de amanhã.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/97, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 016/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 432.600,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), ao vigente orçamento do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68 de 13.05.97 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/97

PARECER:

A Proposição em apreço, oriunda de Mensagem do Senhor Governador sob nº 16/97, visa obter autorização legislativa para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 432.600,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), para atendimento de despesas de convênio entre UNESCO e a Secretaria de Estado da Educação; convênios já existentes e outros em fase de negociação, através do IPARDES; aquisição de equipamentos e materiais bibliotecários para - UNIOESTE.

A medida proposta, em obediência as que preceitua a Constituição Estadual em seu artigo 135, inciso V, foi encaminhada ao Poder Legislativo para a competente autorização e dela consta a indicação dos recursos que lhe dão cobertura.

Presentes portanto, os pressupostos constitucionais, legais e regimentais que autorizam a normal tramitação do presente Projeto de Lei, esta Comissão de Constituição e Justiça é de Parecer Favorável a proposição.

Sala das Comissões, em 03.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 204/97

PARECER:

Relatório

O presente Plano de Lei, autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 16/97, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 432.600,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e seiscentos reais) ao vigente orçamento do Estado.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável a tal propositura.

Esta Comissão chamada a opinar constatou que a suplementação visa atender despesas de convênio entre UNESCO e a Secretaria de Estado da Educação; convênios já existentes e outros em fase de negociação, através do IPARDES; aquisição de equipamentos e materiais bibliotecários para a UNIOESTE.

Por outro lado, constatou ainda, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações dos próprios órgãos.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.97.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/97, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 017/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.320.000,00 (oito milhões, trezentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68 de 13.05.97 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 205/97

PARECER:

O Projeto de Lei submetido a análise desta Comissão de Constituição e Justiça, viabilizará a abertura de crédito suplementar de R\$ 8.320.000,00 (oito milhões, trezentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

A alteração orçamentária proposta viabilizará que sejam atendidas despesas com obrigações patronais sobre prestação de serviços dos convênios DST/AIDS, Drogas e Termo de Cooperação sobre casos de AIDS, com transferências de recursos a entidades sociais da área de saúde, e a municípios e, ainda, propiciará a aquisição de equipamentos e material permanente para o "Programa Protegendo a Vida".

Em respeito ao imperativo constitucional contido no inciso V do artigo 135 da Magna Carta Estadual a mensagem governamental encaminhou a esta Casa de Leis a providência orçamentária em apreço, e indicou em seu corpo a indicação do recursos correspondentes.

Tendo em vista que a presente Proposição está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 205/97

PARECER:

Relatório

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Execu-

vo, Mensagem Governamental nº 17/97, tem por objetivo aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 8.320.000,00 (oito milhões, trezentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável a tal propositura.

Esta Comissão chamada a opinar constatou que esta suplementação visa atender despesas com obrigações patronais sobre prestação de serviços dos convênios sobre casos de AIDS e drogas; e atender despesas com transferências a entidades sociais da área de saúde, transferências à Municípios e com aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa Protegendo a Vida.

Portanto a matéria tem cunho altamente social.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, levando-se em consideração a emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.97.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 205/97

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 205/95, renumerando o artigo seguinte.

Art. 4º - Fica acrescido ao art. 9º da Lei nº 11.652/96, de 27/12/96, os incisos III e IV.

"Art. 9º -

III - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações dos projetos e atividades definidas neste Orçamento, utilizando como recursos a forma prevista no inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

IV - Proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos e atividades e das obras sem lhes alterar o valor global com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 05.06.97.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1314, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI - (Para Encaminhar)

Na quinta-feira dia 5 de junho de 97, o ex-Secretário de Estado - Deni Schwartz, na entrega de seu cargo de Secretário dos Transportes do Governo do Estado, fez um discurso fazendo um balanço das suas atividades à frente daquela Secretaria. E o Senhor Deni Schwartz diz o seguinte: "Saio do governo com as mãos embaraçadas, mexi com a lama quando investiguei a falsificação de uma assinatura do Governador Jaime Lerner lá no Porto de Paranaguá. Armada para favorecer interesse de empreiteiros, revelou Schwartz, que não quis embasar a denúncia. Assessores consultados dizem que a falsificação da assinatura do Governador Jaime Lerner se deu pela empreiteira Mendes Junior - Engenharia S.A., que teria adulterado esse documento com o objetivo de manter o seu contrato com a administração do Porto de Paranaguá". Além disso o ex-Secretário Deni afirma que, durante a gestão à frente a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, recebeu inúmeras pressões de empreiteiros para fazer adequação de estradas; de prefeitos

e de políticos de uma maneira geral.

Acho que o ex-Secretário Deni Schwartz que é um homem que merece o apreço de todos nós na Assembleia Legislativa e acho que toda a classe política do Estado do Paraná já deu demonstração, ao ex-Secretário que é membro do PSDB, é um homem íntegro, que tem uma conduta na vida pública e na política brasileira que é um exemplo para todos nós, e acho que as declarações do ex-Secretário revelam questões importantes que aconteceram e acontecem na Secretaria de Transporte do Estado do Paraná, que ao meu ver merecem maiores explicações.

Então, eu solicito que a Assembleia Legislativa, eu desconheço se o ex-Secretário Deni Schwartz está empossado já em algum cargo administrativo na estrutura do Estado do Paraná, se ele estiver que este pedido de informações seja transformado num requerimento aprovando a sua vinda ao Plenário da Assembleia Legislativa. Caso não esteja, esteja simplesmente na iniciativa privada ou nos seus afazeres políticos tradicionais não na estrutura administrativa, que nós aproveamos aqui um convite para que o Senhor Deni Schwartz venha à Assembleia Legislativa explicar os problemas havidos no Porto de Paranaguá e na condução da Secretaria de Transportes do Estado do Paraná.

Eu acho que isso é importante, nós não podemos deixar que dúvidas como essa fiquem pairando sobre a administração da Secretaria de Transportes no Estado do Paraná. É nesse sentido que eu peço apoio dos Senhores Deputados, diante da gravidade das denúncias do Jornal "Folha de Londrina", seria importante que o Secretário viesse aqui a esse Plenário explicar quais os Prefeitos e quais as empreiteiras fizeram com que o ex-Secretário ficasse com suas mãos embaraçadas.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Votação ao requerimento acrescido do convite.

Senhores Deputados que aprovam convocação ou convite conservem-se como estão. REJEITADO.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a convocação ou o convite queiram levantar-se. Oito.

Senhores Deputados que rejeitam ambos, queiram levantar-se.

Vinte e seis. REJEITADO.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Eu apenas queria registrar a presença do Prefeito de Nova Aurora o Senhor Delmo Passoni.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Registrado.

Requerimentos nºs 1331 a 1334, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1336, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1338 e 1339, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1340 e 1341, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1343 a 1347, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1348, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1349, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nº 1352 a 1354, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 1356 a 1374, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1375, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1376, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1377, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1315, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 183, 184, 203, 204, 205, 250 e 251/97
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210, 226, 227 e 230/97

Levanta-se a sessão.